

ENTRELAÇAMENTO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. O PAPEL DA UNIVERSIDADE PARA GRUPOS DE MÃES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: DA (IN)VISIBILIDADE À PARTICIPAÇÃO SOCIAL

INTERLINKING TEACHING, RESEARCH AND EXTENSION. THE ROLE OF THE UNIVERSITY FOR GROUPS OF MOTHERS OF PEOPLE WITH DISABILITIES: FROM (IN)VISIBILITY TO SOCIAL PARTICIPATION

Alessandra Miranda Mendes SOARES

Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA.

 <https://orcid.org/0009-0003-4517-5445> |  alessandrasoares@udersa.edu.br

SOARES, Alessandra Miranda Mendes. *Entrelaçamento ensino, pesquisa e extensão. o papel da universidade para grupos de mães de pessoas com deficiência: da (in)visibilidade à participação social*. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v. 11, n. 3, e0240030, 2024.

RESUMO: este artigo tem como objetivo mostrar a importância da articulação entre as ações acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão nas instituições de Ensino Superior. Para tanto, o artigo tem como foco o tripé ensino-pesquisa-extensão como um campo de formação e intervenção nos processos sociais. Neste caso em particular, Este artigo foi elaborado com base na pesquisa de doutorado que adotou como campo de coleta de dados o Projeto de Extensão Pró-Mães o qual teve como população 20 mães de pessoas com deficiência. No âmbito do ensino, o projeto contou com a participação de três estudantes de graduação. A referida pesquisa tem como objeto de estudo o processo de empoderamento das participantes. Os resultados da pesquisa revelaram quatro categorias que constituíram as etapas do *Programa Pró-Mães, quais sejam*, (1) desvelamento de experiências corrosivas; (2) (re)conhecimento do coletivo de mães de PcD; (3) (re)conhecimento do poder interno e da expertise materna; (4) participação social e política de mães de PcD. A pesquisa evidencia que o entrelaçamento da *triade ensino-pesquisa-extensão* constitui papel fundamental na divulgação de conhecimentos científicos para a população, com consequente melhoria na qualidade de vida para o enfrentamento de barreiras e solução de problemas. Cabe destacar que, ao articular o tripé ensino-pesquisa-extensão: a) ocorre a produção de saberes científicos fundamentados na vida real das participantes; b) promove o engajamento na dimensão social e política; c) possibilita a intervenção nos processos sociais com a finalidade de fortalecer a comunidade em suas questões específicas; d) cria-se um espaço formativo para universitários/as no que diz respeito à aquisição de competências acadêmicas e de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Tripé Ensino-Pesquisa-Extensão. Empoderamento. Participação. Mães de pessoas com deficiência.



<https://doi.org/10.36311/2358-8845.2024.v11n3.e0240030>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

ABSTRACT: this article aims to show the importance of articulation between academic teaching, research and extension actions in Higher Education institutions. To this end, the article focuses on the teaching-research-extension tripod as a field of training and intervention in social processes. In this particular case, it is developed based on doctoral research that adopted the Pró-Mães Extension Project as a data collection field, which had 20 mothers of people with disabilities as a population. In terms of teaching, the project involved the participation of three undergraduate students. This research aims to enable the process of empowering participants. The research results revealed four categories that constituted the Pró-mães Program: 1. unveiling corrosive experiences; 2. (re)knowledge of the collective; 3. (re)knowledge of internal power and expertise; 4. social and political participation. Likewise, the research shows that the intertwining between the teaching- research-extension triad plays a fundamental role in disseminating scientific knowledge to the population with consequent improvements in quality of life, in facing barriers and solving problems. It is worth highlighting that when articulating the teaching-research- extension tripod: a) there is the production of scientific knowledge based on the real lives of the participants; b) promotes engagement in the social and political dimension; c) enables intervention in social processes with the aim of strengthening the community in its specific issues; d) a training space is created for university students with regard to the acquisition of academic and research skills.

KEYWORDS: Teaching-Research-Extension tripod. Empowerment and Participation. Mothers of people with disabilities.

ENTRELAÇAMENTO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. O PAPEL DA UNIVERSIDADE PARA GRUPOS DE MÃES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: DA (IN)VISIBILIDADE À PARTICIPAÇÃO SOCIAL

INTERLINKING TEACHING, RESEARCH AND EXTENSION. THE ROLE OF THE UNIVERSITY FOR GROUPS OF MOTHERS OF PEOPLE WITH DISABILITIES: FROM (IN)VISIBILITY TO SOCIAL PARTICIPATION

Alessandra Miranda Mendes SOARES¹

RESUMO: este artigo tem como objetivo mostrar a importância da articulação entre as ações acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão nas instituições de Ensino Superior. Para tanto, o artigo tem como foco o tripé ensino-pesquisa-extensão como um campo de formação e intervenção nos processos sociais. Neste caso em particular, Este artigo foi elaborado com base na pesquisa de doutorado que adotou como campo de coleta de dados o Projeto de Extensão Pró-Mães o qual teve como população 20 mães de pessoas com deficiência. No âmbito do ensino, o projeto contou com a participação de três estudantes de graduação. A referida pesquisa tem como objeto de estudo o processo de empoderamento das participantes. Os resultados da pesquisa revelaram quatro categorias que constituíram as etapas do *Programa Pró-Mães, quais sejam*, (1) desvelamento de experiências corrosivas; (2) (re)conhecimento do coletivo de mães de PcD; (3) (re)conhecimento do poder interno e da expertise materna; (4) participação social e política de mães de PcD. A pesquisa evidencia que o entrelaçamento da *tríade ensino-pesquisa-extensão* constitui papel fundamental na divulgação de conhecimentos científicos para a população, com consequente melhoria na qualidade de vida para o enfrentamento de barreiras e solução de problemas. Cabe destacar que, ao articular o tripé ensino-pesquisa-extensão: a) ocorre a produção de saberes científicos fundamentados na vida real das participantes; b) promove o engajamento na dimensão social e política; c) possibilita a intervenção nos processos sociais com a finalidade de fortalecer a comunidade em suas questões específicas; d) cria-se um espaço formativo para universitários/as no que diz respeito à aquisição de competências acadêmicas e de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Tripé Ensino-Pesquisa-Extensão. Empoderamento. Participação. Mães de pessoas com deficiência.

¹ Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. E-mail: alessandrasoares@udersa.edu.br . ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4517-5445>

ABSTRACT: this article aims to show the importance of articulation between academic teaching, research and extension actions in Higher Education institutions. To this end, the article focuses on the teaching-research-extension tripod as a field of training and intervention in social processes. In this particular case, it is developed based on doctoral research that adopted the Pró-Mães Extension Project as a data collection field, which had 20 mothers of people with disabilities as a population. In terms of teaching, the project involved the participation of three undergraduate students. This research aims to enable the process of empowering participants. The research results revealed four categories that constituted the Pró-mães Program: 1. unveiling corrosive experiences; 2. (re)knowledge of the collective; 3. (re)knowledge of internal power and expertise; 4. social and political participation. Likewise, the research shows that the intertwining between the teaching- research-extension triad plays a fundamental role in disseminating scientific knowledge to the population with consequent improvements in quality of life, in facing barriers and solving problems. It is worth highlighting that when articulating the teaching-research-extension tripod: a) there is the production of scientific knowledge based on the real lives of the participants; b) promotes engagement in the social and political dimension; c) enables intervention in social processes with the aim of strengthening the community in its specific issues; d) a training space is created for university students with regard to the acquisition of academic and research skills.

KEYWORDS: Teaching-Research-Extension tripod. Empowerment and Participation. Mothers of people with disabilities.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo evidenciar a relevância, ainda pouco explorada, da articulação entre as ações no âmbito da *tríade acadêmica ensino, pesquisa e extensão* nas instituições de Ensino Superior. Neste artigo, adota-se a expressão *tripé pesquisa-ensino-extensão* considerando-se a ênfase colocada nas atividades de pesquisa em associação com a de extensão. Este artigo, portanto, tem como foco o tripé pesquisa-ensino-extensão como um campo de formação e intervenção nos processos sociais que visam romper a invisibilidade de demandas específicas de grupos vulneráveis. Neste caso em particular, o foco é desenvolvido com base na pesquisa de doutorado: “Experiências das Mulheres-Mães de Pessoas com Deficiência: da (In)Visibilidade à Participação Social”, que adotou como campo de coleta de dados o Projeto de Extensão Pró-Mães², o qual teve como população mães de pessoas com deficiência da comunidade local.

A metodologia Pesquisa Participante foi adotada porque é um tipo de investigação que se compromete com a plena participação de todos/as os/as envolvidos/as, ou seja, a população de mães de PcD, analisando-as no contexto de sua realidade (Brandão, 1999). Grossi (1981), Brandão (1999) e Demo (2004). Cabe enfatizar que a pesquisa participante abre oportunidades para a participação social de grupos oprimidos e marginalizados, portanto, constitui “atividade educativa de investigação e ação social” (Brandão, 1999. p. 238) a partir da qual “constrói-se a emancipação [das participantes no caso desta pesquisa, as mulheres-mães de PcD] usando o melhor conhecimento possível”

² A referida tese foi desenvolvida em regime de cotutela, no período de 2015 a 2018, entre o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB/Brasil) no âmbito do Programa CAPES/DGU 040/2012 (Projeto 303/13: Gênero e educação superior: políticas, narrativas e currículo, NIPAM/PPGE/UFPB) e o Programa de Doutorado Educação e Sociedade da Universidade de Barcelona (UB/Espanha) dentro do Programa Hispano-Brasileño de Cooperación Interuniversitaria Género y educación superior: políticas, narrativas y curriculum (Ministerio de Educación, Cultura y Deporte Programa PHB2012-0149-PC). Número do parecer do Conselho de Ética em Pesquisa - CEP Protocolo 0345/15, CAAE: 45800715.5.0000.5188.

(Demo, 2004, p.13). Assim, é “um processo de pesquisa no qual a comunidade participa na análise de sua própria realidade, com vistas a promover uma transformação social em benefício dos participantes que são oprimidos” (Grossi, 1981, p. 126).

O Projeto de Extensão Universitário Pró-Mães³ contou com uma população de 20 mães com filhos e filhas com deficiência. Durante a coleta de dados no campo foram adotados os seguintes procedimentos: (a) questionário inicial visando a caracterização da história de vida de cada mãe, (b) observação sistemática com registro escrito, fotos e vídeos de todas as atividades, (c) entrevista individual a partir de questões estruturadas, (d) diário de bordo da pesquisadora e (e) linha do tempo para observação das mudanças antes e depois do nascimento do filho com deficiência e, posteriormente, mudanças resultantes a partir da participação no projeto de extensão universitária. A atuação de três estudantes de graduação foi indispensável, tanto no processo de coleta e organização dos dados colhidos no campo, como na sistematização e processo de análise dos dados.

É importante destacar que, a cada encontro do grupo de mulheres-mães de PcD, a equipe de pesquisa registrava as atividades ao mesmo tempo em que realizava a coleta de dados relevantes para a organização do próximo encontro. Durante as atividades ocorria um processo de negociação sistemática e a construção coletiva dos temas abordados, objetivos, datas e horários em função das demandas das participantes. Os encontros previstos do Projeto de Extensão e também as atividades de Pesquisa eram planejados regularmente com antecedência envolvendo as três monitoras graduandas, ou seja, antes do próximo encontro acontecer havia uma reunião entre a coordenação do projeto, a pesquisadora e as estudantes para analisarem os dados do encontro anterior e planejarem o encontro seguinte. Dessa forma, havia uma articulação consistente e efetiva entre os elementos do tripé pesquisa, ensino e extensão.

A fundamentação teórica que embasa a análise dos dados e achados da pesquisa de doutorado é constituída por teorias: do empoderamento (Deere; Leon, 2002; Gohn, 2004; Ferreira, 2007), de gênero (Carvalho; Rabay, 2015; Montané, 2015; Cornwall, 2013; Meyer, 2003) e dos direitos humanos (Bobbio, 2004; ONU, 2006). O empoderamento é definido por Gohn (2004, p.23) como um “processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e a impulsionar grupos e comunidades no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas”, processo esse que diretamente impacta de forma positiva a inclusão social dos participantes de um projeto de extensão universitária na medida em que favorece seu fortalecimento com a aprendizagem, a compreensão e a aplicação prática de exercícios de poder e de autonomia pessoal e coletiva. Deere; León (2002) entendem que, para ser eficiente, esse processo mobiliza componentes individuais e coletivos, os quais se caracterizam pela tomada de decisão sobre a vida dos

³ Coordenação da Profª. Dra. Windyz Ferreira, professora do Centro de Educação, Departamento de Habilitações Pedagógicas da Universidade Federal da Paraíba.

sujeitos e contribuem para que haja mudanças nos âmbitos social, cultural, político e econômico em contextos diversos. A seguir, as evidências de como o tripé pesquisa-ensino-extensão contribui para que a universidade tenha a possibilidade de articulação com a sociedade.

EMPODERAMENTO, GÊNERO E DIREITOS DAS MULHERES-MÃES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A noção de empoderamento está em sintonia com os atuais movimentos sociais em prol dos direitos humanos em geral e, em particular de grupos vulneráveis, os quais defendem a participação e o engajamento político individual e coletivo, a fim de garantir os próprios direitos (autoadvocacia)⁴, sem a tutela de terceiros que estão em posição de poder, e também garantir os direitos de outros por meio de ações coletivas ou individuais (Deere; Leon, 2002; Gohn, 2004). Nesse sentido, a participação sociopolítica consolida o acesso a informações relevantes para o grupo social e a interação social sistemática por meio dos encontros regulares no projeto de extensão, a partir dos quais ocorre a troca contínua de experiências, reflexões críticas e aprofundadas sobre temas e situações cotidianas comuns em suas vidas.

A relevância da articulação efetiva entre os elementos do tripé pesquisa-ensino-extensão é demonstrada neste artigo e evidenciada na apresentação das atividades planejadas e implementadas pelas acadêmicas envolvidas nas ações. Para as mães, participantes do Projeto de Extensão, população da pesquisa, estar no espaço universitário, acessar conhecimentos científicos e conviver com as acadêmicas cria oportunidades de compreenderem suas experiências como comuns a todas, além de vivenciarem coletivamente profundas mudanças em suas vidas, contando com a escuta e o apoio mútuo. Por exemplo, um dos achados da pesquisa evidencia que as exigências nos cuidados contínuos com seus/suas filhos/as com deficiência demandam intensa força emocional, pois para além das preocupações naturais maternas com o bem-estar de qualquer filho/a, essas mães precisam lidar continuamente com profissionais da área de saúde, educação ou outros que tendem a negligenciar ou ignorar seu sofrimento cotidiano, sua continua

⁴ Na dissertação de Mestrado (Soares, 2010), da autora deste artigo, intitulada: Nada sobre nós sem nós: estudo sobre a formação de jovens com deficiência para o exercício da autoadvocacia em uma ação de extensão universitária e o *link*: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4919>, elaborada a partir do Projeto de Extensão Pró-líder: Autoadvocacia de jovens com deficiência, ficou latente a necessidade de colaborar com essas mulheres cuidadoras, por meio do contato sistemático com suas demandas, ao constatar que os limites experimentados pelos/as jovens reverberavam em suas famílias, particularmente em suas mães. Dessa experiência, surgiu o interesse de compreender como essas mulheres-mães vivenciam suas experiências de (des)empoderamento, conceito que será explorado adiante. Além disso, ao fazer uma busca bibliográfica inicial, em 2014, constatou-se a escassez de trabalhos relativos a esse grupo. Assim, foi criado um projeto de extensão com o intuito de compreender suas necessidades, demandas e aprendizagens no cuidado com seus filhos e filhas com deficiências e, ainda, oportunizar trocas de experiências, o desenvolvimento de competências e novos conhecimentos na vida dessas mulheres.

sobrecarga de tarefas e compromissos, dúvidas e, em particular, seu conhecimento e saberes acerca dos filhos/as.

Soma-se à esta realidade o fato de que a população de mães de PcD experiencia, com frequência, atitudes capacitistas e preconceituosas. O capacitismo se caracteriza pelas formas de discriminação instituídas na sociedade. Segundo Sasaki (2014, p. 10), “o capacitismo está focalizado nas supostas ‘capacidades das pessoas sem deficiência’ como referência para mostrar as supostas ‘limitações das pessoas com deficiência’”. O preconceito é definido como um conceito formado antes de se conhecer que é demarcado por fronteiras sociais, e não por impossibilidades individuais (Ribas, 2007). Ambas atitudes provocam profundo desgaste emocional às mães de pessoas com deficiência.

No geral, são as mulheres que estão sempre atarefadas nas atividades domésticas (ex. cuidar da casa, dos filhos, da alimentação, etc.), nas idas e vindas aos médicos, especialistas, clínicas e laboratórios, assim como lidar com questões escolares, entre outras. Dependendo da patologia, idade e tamanho do/a filho/a com deficiência, assim como das condições de vida (exemplo: meio de locomoção disponível), muitas vezes o esforço físico é também significativo e, portanto, sobrecarrega e desgasta a rotina materna. A estas atividades femininas associam-se outras também estressantes, quando o casamento é desfeito, incluindo perdas financeiras. Os achados da pesquisa mostram que das vinte mães participantes do projeto de extensão, apenas seis permaneciam casadas, enquanto as demais viveram a experiência da separação; duas tornaram-se viúvas e duas não declararam sua situação. A tendência à separação, inevitavelmente, sobrecarrega as inúmeras responsabilidades maternas diárias. Como consequência, por falta de disponibilidade, com o passar do tempo, os achados revelaram que todas as mães passam a viver isoladas, sem apoio ou relacionamentos preenchedores.

***Não ter tempo para nós infelizmente é algo normal, criar expectativas futuras para as nossas necessidades parece um sonho** (Juliana, E2 06/05/2015).*

***Estresse, a luta é diária, contínua. Ficar sozinha, refletir... é difícil com a criança chorando, com estereotípias, o marido, o corre-corre da vida. Não podemos só investir na criança, precisamos nos cuidar para poder cuidar da criança. Porque quando estamos estressadas a criança sente. Tenho um filho autista e ele fica agitado quando estou estressada** (Cristiana, E2 06/05/2015).*

***Tem muitas ocupações, tem muitas terapias para a pessoa com deficiência nas instituições especializadas, mas para a família? Fico cansada com tudo para resolver** (Graciane, E2 06/05/2015).*

***Eu preciso descansar... eles são pesados e dependem de nós para locomoção, e não é fácil dar banho em dois rapazes com paralisia cerebral sozinha, vou ter que fazer uma cirurgia no ombro, por esforço repetitivo** (Graciane, A8 15/11/2015).*

Sempre estamos atarefadas com muitas tarefas domésticas e visitas a médicos e terapias (Alcione, E2 06/05/2015, Grifos da autora).

A conexão e proximidade propiciada pelos encontros realizados no âmbito do projeto de extensão universitária e mediados pelas contribuições teórico-reflexivas das acadêmicas e pesquisadoras envolvidas, incluindo convidadas, fortalece o sentimento de pertencimento social e de autodeterminação, que se caracteriza pelo ato de decidir por si mesma, ou seja, ter a liberdade de escolha sobre o próprio destino sem a interferência externa (Ryan; Deci, 2008; Soares, 2010). A autodeterminação se caracteriza como resistência ao assujeitamento (Soares, 2010), o qual segundo Foucault (1979, 1999, 2001), é uma condição que determina e é determinada pela vulnerabilidade, impressa socialmente na condição de “deficiência”. Para tanto, assujeitamento caracteriza-se pela invisibilidade social da pessoa com deficiência, pela exclusão (social, relacional e educacional) e pelas restrições colocadas ao acesso a experiências em novos espaços sociais. O senso de pertencimento a um grupo de mulheres com demandas semelhantes cria bases para o desenvolvimento de identidade enquanto coletivo social, uma vez que “a participação ativa [...] constitui uma oportunidade significativa para o desenvolvimento da sua identidade pessoal e social, por oferecer a oportunidade de ser reconhecida como pessoa humana e social” (Cussianovic; Marquez, 2002, p. 25).

Paralelo à teoria do empoderamento feminino, o conceito de gênero (Carvalho; Rabay, 2011; Soares, 2018) caracteriza-se como a construção social das feminilidades e das masculinidades, que problematiza as particularidades atribuídas às mulheres e aos homens como “natural” na sociedade, situandos/as e reconhecendo-os/as em lugares socialmente diferentes, mas que, todavia, favorecem os homens (Carvalho; Rabay, 2015; Montané, 2015; Meyer, 2003). Cabe enfatizar a complexidade subjacente à noção de gênero, que é um conceito polissêmico, estigmatizado por contextos históricos, culturais e estruturais dinâmicos, interseccionado por outros marcadores, tais como classe, raça, geração e deficiência (Carvalho; Rabay, 2015; Montané, 2015; Meyer, 2003), ou seja, extrapola o simplesmente “feminino”.

A mobilização em defesa dos direitos é um recurso necessário para a promoção de mudanças sociais e individuais. O exercício da autoadvocacia atua, portanto, como um propulsor na vida das pessoas que passam a lutar por seus sonhos, desejos, objetivos e direitos (Soares, 2010). Aplicado o conceito à realidade das mulheres-mães de PcD, a autoadvocacia oportuniza “o reconhecimento dos seus direitos e de sua capacidade de lutar para conquistar espaços sociais de forma proativa” com base no acesso aos conhecimentos e informações adquiridos por meio do projeto de extensão sobre direitos e legislação,

elementos fundamentais ao processo de empoderamento individual e coletivo (Soares, 2018, p. 171).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) é um documento central nesse contexto, estabelecendo normas que guiam a proteção dos direitos humanos globalmente. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 1948) os direitos humanos constituem em “garantias jurídicas universais que protegem os indivíduos ou grupos contra ações ou omissões dos governos que atentam a dignidade humana”. Os direitos humanos são essenciais para o desenvolvimento de sociedades justas e igualitárias e estão na base das constituições modernas pelas garantias fundamentais a todos os indivíduos independente dos marcadores de classe social, etnia, gênero, nacionalidade, entre outros (Bobbio, 2004).

Segundo Guimarães (2008), em estudo junto à Procuradoria de Justiça da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência⁵, que teve como objetivo analisar as formas sobre como os cuidados com as pessoas com deficiência ocorrem, os achados revelam que a mulher é a principal cuidadora de pessoas com deficiência. Por isso, quando a figura materna está ausente nesses cuidados, cabe ao Estado a responsabilidade de assumi-los em instituições e/ou abrigos. Dessa forma, fica explícita a importância de reconhecimento do papel materno no caso de filhos/as com deficiência e a urgência de políticas públicas que considerem as desigualdades de gênero.

As mulheres cuidadoras enfrentam o dilema de conciliar trabalho fora do lar e cuidado da pessoa deficiente [com deficiência]. Atualmente, as mulheres cuidadoras encontram-se desprotegidas. Se optam por deixar o trabalho para cuidar de um familiar, não recebem por isso, e se a pessoa com deficiência vem a falecer, por exemplo, elas não têm direito a garantias previdenciárias. Se tentam conciliar o trabalho com o cuidado, frequentemente se sentem sobrecarregadas e pedem auxílio ao Estado ou terceiros. É necessário romper o silêncio criado em torno do cuidado na deficiência, reconhecendo que todos necessitam de cuidados e têm o dever de cuidar e, também, é necessário incluir no debate a importância da transversalidade no tocante ao gênero na elaboração de políticas públicas (Guimarães, 2008, p. 236).

Visibilizar esse coletivo de mulheres-mães, portanto, é condição *sine qua non* no contexto atual das políticas públicas de inclusão e de gênero, pois suas demandas como cuidadoras, suas necessidades maternas e humanas de cuidados e, principalmente, de seu direito de ter uma vida pessoal e profissional dignas estão continuamente presentes em suas vidas. A pesquisa associada à extensão universitária torna evidente a importância e o poder potencial da pós-graduação da instituição de ensino superior para romper com a invisibilidade das demandas de grupos sociais, cujas vulnerabilidades mantem-se social

⁵ Órgão do Ministério Público do Distrito Federal Territorial (MPDFT)

e politicamente invisíveis, como é o caso da população da pesquisa (Soares, 2018; Farias, 2011).

O valor do entrelaçamento entre as atividades acadêmicas do tripé pesquisa-ensino-extensão configura-se a partir dos achados da pesquisa que conduziram à identificação de quatro categorias do processo de empoderamento. O conceito de categoria é crucial aqui porque permite a descrição e a análise de fenômenos de maneira estruturada e compreensível. Particularmente, nas ciências sociais, o conceito de categoria auxilia na compreensão de fenômenos complexos através de uma abordagem multifacetada. Constitui, portanto, uma medida essencial que ajuda a descrever, compreender e explorar as características de diversos fenômenos em diferentes áreas do conhecimento (Soares, 2018).

Quatro categorias foram identificadas na pesquisa de doutorado e estruturadas na forma do *Programa Pró-Mães: empoderamento de Mães de Pessoas com Deficiências* (Soares, 2018, p. 172-176):

1. *desvelamento das experiências corrosivas*: esta fase tem como objetivo o compartilhamento de experiências das participantes ao mesmo tempo em que refletem sobre o significado de ser mulher e, ao mesmo tempo, mãe de pessoa com deficiência, conhecem as experiências corrosivas comuns e iniciam o processo de criar identidade de grupo social. Segundo Farias (2011, p. 10) experiências corrosivas são “barreiras socioculturais originárias nas condições de gênero e deficiência”.
2. *(re)conhecimento do coletivo*: nesta fase, as mães passam por processo de conscientização acerca do papel de ser mãe de pessoas com deficiência, pois, para muitas, esse papel parecia ser somente dela. Porém, com a troca de experiências, percebem que outras vivem experiências semelhantes. Assim, o compartilhamento possibilitou o início da ruptura do isolamento, que se tornou um elemento-chave para pensar em outras práticas e geri-las desde uma nova perspectiva.
3. *(re)conhecimento do poder interno e da própria expertise*: durante esta fase torna-se evidente às mães a necessidade de conhecer mais sobre o tipo de deficiência do/a filho/a e sobre seus direitos e necessidades. Como consequência uma gama de novos temas e aprendizagens são compartilhadas, por exemplo, estilo de vida, alimentação para autistas, direitos das pessoas com deficiência e direitos das mulheres. Nessa fase, houve o fortalecimento da capacidade de discernimento, identificação de alternativas, criação de propostas e decisões sobre desejos e sonhos pessoais até então apagados na memória dessas mães. Aprender a lidar com suas demandas pessoais e coletivas ajudam as mães no processo de romper com o isolamento, a invisibilidade social de suas demandas e o reconhecimento de suas potencialidades latentes.
4. *participação social e política*: esta última fase do programa caracterizou-se pelo processo de participação em atividades externas com o objetivo de visibilizar

demandas e necessidades das mães nos contextos político e social. O acesso à informação para solucionar questões pessoais e coletivas fortalece-se nessa fase.

Considerando-se que o processo de empoderamento implica participar de mobilizações e práticas que tem como finalidade promover e impulsionar coletivos a fim de promover crescimento, autonomia e desenvolvimento da qualidade de vida (Gohn, 2004), a participação das mães em espaços políticos de poder, com voz e segurança para falar em nome do coletivo, constitui o exercício do empoderamento na vida real. Duas mães⁶ em particular, participantes do projeto de extensão, tiveram papel chave nesta fase porque já possuíam alguma experiência como ativistas em defesa dos direitos de seus filhos/as. Elas contribuíram de forma significativa quando compartilharam com o coletivo informações sobre eventos na área que iriam ocorrer na cidade, assim como contribuíram com palestras proferidas junto com seus filhos durante as atividades do projeto de extensão. Ter no grupo, mulheres-mães ativistas favorece, portanto, oportunidades de participação em eventos relevantes, na orientação sobre como participar e, em especial, na importância de estar presente e ter voz durante os mesmos.

O depoimento de uma das mães após participação no Fórum de Intérprete de LIBRAS⁷, revela a qualidade de aprendizagens relevantes ao processo de empoderamento:

Para mim, foi relevante participar, afinal sempre tive interesse em Libras, já fiz um curso básico. Ter a compreensão das necessidades das pessoas surdas e dos intérpretes... [...] nesse fórum ampliei meus conhecimentos sobre a Libras e os direitos dos intérpretes e das pessoas com deficiência auditiva, além de aprender como é importante estar engajada nos eventos de luta para que nossos filhos tenham os direitos assegurados, como bem colocou a mãe que é intérprete (Graciane, A1 17/07/2015).

Aqui, cabe enfatizar a importância de parceria com a Associação de Deficientes e Familiares - ASDEF⁸, que aconteceu pela necessidade de um espaço para os encontros do Projeto Pró-Mães porque a universidade entrou em greve. Esta parceria possibilitou o local para as aprendizagens e exercício de empoderamento durante a fase da greve e, no decorrer das atividades, se caracterizou como um recurso de extremo valor para o grupo de mães. (Soares, 2018). A importância do acesso a estas informações está registrado nas suas narrativas:

⁶ Jéssica, mãe de um adulto surdo e Alcione, mãe de um adulto com Síndrome de Down. Nomes Fictícios.

⁷ O Fórum de Intérpretes de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinas) foi realizado em 2015.

⁸ ASDEF - Associação de Deficientes e Familiares - é uma organização não governamental. João Pessoa, Paraíba. A referida associação foi fechada, após morte do presidente.

*Ter participado dessa ação com a ASDEF e as pessoas com deficiência foi muito importante para mim, especialmente para perceber que somos todos capazes de vencer, o entusiasmo e determinação de todos me motivam, sem falar que são tantas coisas para resolver na vida que terminamos deixando para depois o que é do nosso interesse. **Preciso sair do aluguel e ter minha casa própria, sou sozinha para resolver tudo** (Clarice, A2, 17/07/2015, grifos da autora).*

Por ser um espaço comprometido com a promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, a conexão casual com a ASDEF caracterizou-se como fator chave para avanços mais significativos do coletivo das mães porque elas passaram a receber informações sobre questões atuais acerca da luta pelos direitos de seus filhos/as e também porque estavam em contato regular com pessoas com deficiência jovens e adultas atuando na associação, experiência que possibilitou uma nova perspectiva sobre a capacidade da pessoa com deficiência, a inclusão social e a inclusão no mercado de trabalho, assim como as possibilidades reais de autorrealização de seus filhos/as na vida adulta.

Em uma das atividades realizadas pela ASDEF, as mães foram convidadas a visitar a Secretaria de Habitação do Estado⁹ durante a qual conheceram os direitos da pessoa com deficiência à casa própria de acordo com a legislação¹⁰. O depoimento a seguir revela a importância de tal oportunidade:

***Estou feliz por estar aqui, preciso resolver isso, a oportunidade de tentar resolver é um sonho antigo.** Com o corre-corre do dia a dia, deixamos para depois. Precisamos aproveitar a oportunidade. Queremos ter o nosso espaço, mas sabemos que conseguir pelo Governo Federal é difícil (Emily, A2, 17/07/2015, grifos da autora)*

Frente à ocorrência imprevista da greve da universidade, as equipes do projeto de extensão e da pesquisa reuniram-se para avaliar eticamente se seria o caso de continuar com as atividades do projeto em outro local. Considerou-se que, em respeito às mães, população sob extrema vulnerabilidade e pressão, cujas demandas são invisíveis porque negligenciadas pelo poder público foi decidido que mesmo com a universidade em greve, o projeto de extensão se manteria em atividade fora do campus. Dessa forma, a presidência da ASDEF foi contatada para uma possível parceria. Pelo fato de a pesquisa de doutorado estar vinculada a um projeto de extensão acadêmica, a conexão com a ASDEF foi facilitada, a pesquisa viabilizada dentro dos prazos e todas participantes acolhidas

⁹ Casa doada pelo Governo Federal, no Programa Minha Casa Minha Vida, cujo objetivo é de proporcionar ao cidadão brasileiro, através da parceria com empresas, estados, municípios e entidades, o acesso ao financiamento de moradia com condições especiais.

¹⁰ Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

pela diretoria. Evidenciou-se, portanto, que tal imprevisto possibilitou a compreensão da relevância da articulação e parceria entre as atividades acadêmicas e as organizações da sociedade civil pois é nestes espaços de mobilização política e de luta pelos direitos sociais que a vida real acontece e as mudanças sociais se desenrolam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa e do valioso conhecimento oferecido por estas vertentes teóricas aplicado à realidade desta população, no decorrer das atividades realizadas no âmbito do Projeto de Extensão Pró-Mães, campo da pesquisa em tela, gradualmente evidencia-se o papel-chave da universidade na divulgação de conhecimento científico com linguagem acessível à população local e na valorização das experiências das mães-participantes, as quais a partir das aprendizagens adquiridas ao longo do projeto de extensão universitária aprimoraram os cuidados com seus filhos/as agora alicerçadas pelo processo de auto-empoderamento e fortalecidas pela rede de apoio e ajuda-mútua construída com base na convivência contínua durante o referido projeto.

O papel da universidade para a promoção de mudanças sociais a partir da indissociabilidade da atividade de pesquisa às atividades de extensão e ensino evidencia-se de forma indiscutível nesta pesquisa, base deste artigo. Ao articular, de forma efetiva e coordenada o tripé pesquisa-extensão-ensino cria-se um espaço formativo significativamente efetivo na aquisição de competências acadêmicas e de pesquisa durante a graduação e a pós-graduação. Todavia, cabe destacar, as pesquisas que não integram esse tripé porque falta a conexão com a realidade social local pode resultar na produção de um conhecimento acadêmico desvinculado das demandas práticas e sociais de diferentes coletivos.

O entrelaçamento entre os elementos constitutivos do tripé pesquisa-extensão-ensino possibilita: (a) a produção de saberes científicos fundamentados na vida real e nas demandas emergentes das participantes. O entendimento da contradição entre ter poder, isto é, “estar empoderada” ou não ter poder, isto é, “estar assujeitada” tornou-se um lema na busca constante de informações e conhecimentos para solucionar situações que antes as atemorizavam e faziam recuar; (b) o engajamento realístico na dimensão social e política, uma vez que ter acesso a informações e conhecimentos relevantes sobre as questões emergentes individuais e coletivas modifica gradualmente a percepção da dimensão social e política dentro da qual a população da pesquisa se insere; (c) a intervenção nos processos sociais ocorre em tempo real, no aqui e agora da vida das participantes do projeto. Assim, há o fortalecimento do coletivo e o desenvolvimento de uma nova compreensão sobre questões específicas, o poder de ter sua voz ouvida e seu poder de intervenção direta com

sucesso; e (d) a criação de um espaço formativo significativamente efetivo na aquisição de competências acadêmicas e de pesquisa durante a graduação e a pós-graduação.

Os espaços formativos são indispensáveis para explorar novas aprendizagens. Então, quando se articula o tripé pesquisa-extensão-ensino à realidade dentro da qual o fenômeno estudado se insere, o processo de formação acadêmica se expande e se consolida com mais propriedade, qualidade e aprofundamento. Os projetos de extensão incorporam uma 'mistura' de incertezas, de resoluções ou não de situações problemas emergentes e reais, sendo indispensável âncoras de apoio como o conhecimento científico que cria novas formas de agir, fazer e construir novos saberes a partir dos saberes já existentes.

No âmbito da pesquisa, os achados mostram que as mães participantes do projeto de extensão transitaram da submissão e isolamento à participação social, movimento favorecido pela articulação entre projeto de extensão e pesquisa. Além disso, a pesquisa sistematizou conhecimento relevante sobre o fenômeno social do (des)empoderamento das mães de filhos e filhas com deficiência a partir do qual foi elaborado o Programa Pró-mães de Empoderamento para Mães de Pessoas com Deficiência, favorecendo a replicação em outros espaços sociais e políticos, portanto, caracterizando-se como uma contribuição significativa para o papel da academia na articulação com a sociedade, assim como a indissociabilidade inerente ao tripé pesquisa-extensão-ensino.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.) **Pesquisa participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de.; RABAY, Gloria. Gênero e carreiras universitárias em 50 anos na Universidade Federal da Paraíba. In: RAMALHO, Betania *et al.* (Orgs.). **Reformas educativas, Educação Superior e globalização em Brasil, Portugal e Espanha**. Alzira, ES: Editorial Germania, 2011.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de.; RABAY, Gloria. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 312, janeiro-abril/2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/37466/28761>>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- CORNWALL, Andrea. Apresentação: trilhas do empoderamento de mulheres. **Revistas Feminismos**, v. 1, n. 2, Mai-Ago. 2013. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/49/56>>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- CUSSIÁNOVICH, Alejandr0; MÁRQUEZ, Ana Maria. **Toward a Protagonist Participation of Boys, Girls and Teenagers**. Lima: Save The Children., 2002.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. Brasília: Editora Liber Livro, 2004.

- DEERE, Carmen Diana.; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher**: direito a terra e direito de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- FERREIRA, Angela Duarte Damasceno *et. al.* Resistência e empoderamento no mundo rural. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 123-159, abr. 2007.
- FOUCAULT, Michel. **O homem e o discurso**: a arqueologia de Michel Foucault. Entrevistadores: S. P. Rouanet; J. G. Merquior; L. Dominique; C. H. Escobar. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graall, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio-ago. 2004.
- GUIMARÃES, Raquel. Deficiência e cuidado: por quê abordar gênero nesta relação?. **SER Social**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 213-238, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/24>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- GROSSI, Yonne de Souza. **Mina de Morro Velho**: a extração do homem, uma história de experiência operária. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- LEÓN, Magdalena. Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder. **Estudios Feministas**, n. 8, p. 191-207, 2000.
- MEYER, Dagmar Estermann. **Mulher perfeita tem que ter [mamas e] uma barriguinha**: educação, saúde e produção de identidades maternas. Porto Alegre: Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. (Relatório de Pesquisa).
- MONTANÉ, Alejandra. Transversalidad de género: educación, formación y empleabilidad. **Espaço do Currículo**, v. 8, n. 2, p. 176-194, Maio a Agosto de 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>>. Acesso em: 24 jun. 2024.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência**. Ministério da Justiça. CORDE. Brasil, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (1948). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2024.
- RIBAS, João. **Preconceito contra as pessoas com deficiência**: as relações que travamos com o mundo. São Paulo: Cortez, 2007.
- RYAN, Richard. M.; DECI, Edward. L. A self-determination theory approach to psychotherapy: the motivational basis for effective change. **Canadian Psychology**, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-1168201000200008. Acesso em: 23 jul 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Capacitismo, incapacitismo e deficientismo na contramão da inclusão. Reação: **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, v. 96, n. 7, p. 10- 12, jan./ fev. 2014. Disponível em: <https://www.sociedadeinclusiva.com.br/2020/05/01/capacitismo-incapacitismo-e-deficientismo-na-contramao-da-inclusao/>. Acesso em: 3 ago.2024.

SOARES, Alessandra Miranda Mendes. **Nada sobre nós sem nós**: formando jovens com deficiência para o exercício da autoadvocacia. 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4919> Acesso em: 20 jun. 2024.

SOARES, Alessandra Miranda Mendes. **Experiências das mulheres-mães de pessoas com deficiência**: da (in)visibilidade à participação social. João Pessoa-PB, 2018. 242 f. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14113?locale=pt_BR. Acesso em: 20 jul. 2024.